

IS Working Papers

3.ª Série, N.º 83

A génese do Estado na Europa: as perspetivas de Charles Tilly e de Pierre Bourdieu

Leonardo Camargo Ferreira

Porto, novembro de 2019

A gênese do Estado na Europa: as perspectivas de Charles Tilly e de Pierre Bourdieu

Leonardo Camargo Ferreira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

E-mail: leonardo-camargo-ferreira@hotmail.com

Submetido para avaliação: agosto 2019/Aprovado para publicação: novembro de 2019

Resumo

O presente ensaio pretende dar conta da reflexão acerca da gênese do Estado moderno na Europa, recorrendo aos contributos específicos de Charles Tilly e de Pierre Bourdieu. As suas teorias, distintas em pontos consideráveis (seja a importância da guerra, seja a relevância da burocracia, por exemplo) têm, apesar disso, a principal vantagem de se aproximarem em temáticas sociológicas fulcrais, de modo a estabelecer-se uma comparação entre clássicos como Marx, Weber ou Durkheim, e autores mais contemporâneos como Elias, no que concerne à evolução da entidade estatal e dos tipos de fenómenos políticos subjacentes a essa evolução.

Palavras-chave: Estado moderno, política, Charles Tilly, Pierre Bourdieu.

Abstract

This essay aims to address the critique of the modern State in the Europe, using the specific contributions of Charles Tilly and Pierre Bourdieu. Their theories, different in considerable points (for example, in the importance of war or in the relevance of bureaucracy) nevertheless have a major sociological advantage, so as to establish a relationship between classics like Marx, Weber or Durkheim, and the more contemporary authors such as Elias, in what is related to the entity of State and the types of political phenomena backward to this evolution.

Keywords: Modern State, politics, Charles Tilly, Pierre Bourdieu.

Introdução: os objetivos da reflexão teórica sobre o Estado moderno na Europa

Charles Tilly [1929-2008] e Pierre Bourdieu [1930-2002] muito escreveram sobre o tema da génese do Estado moderno na Europa, apresentando, nas suas teorias mais vastas, um espaço de pensamento acerca desta problemática. Assim, o presente texto tem como principal objetivo explorar as teses destes sociólogos. Subjacentemente à análise teórica daquelas, torna-se pertinente, enquanto ambição complementar, compreender e citar diálogos sociológicos estabelecidos com outros autores, tais como Karl Marx [1818-1883], Émile Durkheim [1858-1917], Max Weber [1864-1920] ou Norbert Elias [1897-1990], atendendo às suas aproximações e aos seus afastamentos intelectuais em relação às teorias de partida deste ensaio. Pretende-se, portanto, ao longo deste trabalho reflexivo, direcionar o leitor para as principais ideias em torno da origem e afirmação do Estado moderno no continente europeu, apresentadas sob a forma de conteúdos deveras relevantes acerca da estruturação do poder político, que tiveram muito impacto no desenvolvimento da própria Ciência Política e da Sociologia.

A abordagem tillyana: a relação entre a capitalização e a coerção

Iniciando a abordagem temática através de Tilly, é possível afirmar uma bidimensionalidade na sua perspetiva sobre a formação das cidades e dos Estados. O autor enuncia a existência de uma

hipótese de trabalho [em que se pode] supor que as relações entre capital concentrado e coerção concentrada continuarão a compelir os tipos de Estados que emergirão em todo o mundo em décadas futuras, tal como fizeram ao longo da história europeia (Tilly, 1996: 39-40).

De acordo com Tilly (1992), o capital (ou a capitalização intensiva) está associado(a) à monopolização dos recursos monetários, o que permite a acumulação (isto é, o aumento de riqueza) e a concentração desse mesmo capital [perspetivando-o enquanto meios atingíveis que se mobilizam em conjunto com os direitos de legitimidade associados a esses recursos (Tilly, 1996)]. Serão estes dois processos que, em união, poderão gerar as cidades com as suas mais diversas características: as cidades primárias, os centros dispersos, as hierarquias urbanas e as megalópolis, com destaque para estas últimas devido ao elevado grau de acumulação e, em simultâneo, de concentração de capital. Por outro lado, a coerção intensiva – aplicação combinada, ameaçada ou real, de uma ação que comumente causa perda ou dano aos indivíduos ou às suas posses – que se manifesta através da monopolização da violência legítima

e da mobilização de recursos para a guerra, admite a criação de diferentes Estados em que se destacam os impérios, as soberanias fragmentadas, os sistemas de estado nacionais e os superestados, realçando-se o alto nível de acumulação e concentração de coerção intensiva dos superestados.

Tilly (1996) refere que os fenómenos da capitalização e da coerção intensivas estão imbricados e implicados entre si, já que a coerção, concentrada nos Estados, permite que estes dominem as cidades e, por sua vez, as cidades tendem a dominar os Estados através do controlo do capital, do crédito e das redes comerciais. Esta ideia de uma dupla ligação está muito próxima à conceção de Elias acerca do processo de legitimação dentro de um determinado território. Ambos os autores

privilegiaram a constituição do monopólio duplo, da violência física por meio do exército com jurisdição sobre um território, e da arrecadação fiscal, como precondição à passagem do monopólio privado vigente no Estado dinástico ao monopólio público do Estado moderno (Bourdieu, 2012: 22).

Este pensamento político deriva do legado weberiano acerca da génese de uma instituição burocrática relacionada com o próprio nascimento do Estado moderno e possibilitadora de uma catalogação das transformações no território e no monopólio da violência e da dominação legítima (transformações essas derivadas de um quadro de competição muito intensa entre unidades institucionais com igual pretensão de alargamento dos seus territórios). Assim, Tilly afirma, por um lado, a necessidade da existência de uma máquina eficaz na cobrança dos impostos, de modo a que os Estados acumulem e concentrem capital e, por outro, de uma burocracia que permita gerir as inovações técnicas, bélicas e sociais advindas da revolução militar que ocorreu nestes Estados. De certo modo, pretende-se do Estado uma “racionalização (...) da tecnologia [e] da política” (Ricardo, 2019: 9), de maneira a haver uma melhor gestão da vida económica e social. A cobrança de impostos faz-se recorrendo à emissão de dívidas públicas que servem para o pagamento de um exército profissional, disciplinado e apto a responder rapidamente à ameaça de guerra, enquanto a burocracia, e mesmo a atividade capitalista ligada à afirmação do(s) Estado(s), têm de estar relacionadas com uma monetização e uma disponibilidade de crédito que facilitem o “fazer guerra” e as exigências respetivas (Tilly, 1996).

Isto permite demonstrar que

o sistema político funciona (...) pela interação entre o conflito e a integração e tem por base um sistema social onde coexistem lógicas articuladas [,] embora diferentes, (...) d[e] mercado que condicionam as medidas de regulação social do Estado (Lourenço, 2005: 21).

Este mesmo Estado existe circunscrito por uma “política financeira dos bancos” (Weber, 1982: 97) que depende de um sistema económico forte. Logo, é possível observar, através da análise política de Tilly, uma ligação entre a racionalização do Estado e a expansão do capitalismo “no processo de desenvolvimento económico” (Crespo & Moreira, 2012: 36). Este sociólogo prova, desta forma, a presença de uma afinidade histórica entre a génese do capitalismo e a génese do Estado moderno, pensamento com o qual Elias concorda, acrescentando que tem de haver tenacidade e eficácia nos processos de monopolização do capital e da coerção, caso contrário a entidade política em afirmação não poderá sobreviver. Conjugando as ideias de Tilly e Elias, constata-se que também existem algumas conexões com a teoria marxista sobre o poder político, nomeadamente no que concerne ao carácter importante – embora, para aqueles dois autores, não determinista – da economia na sociedade e no papel conflitual das relações que se estabelecem dentro desta; em contrapartida, Tilly e Elias afastam-se de Marx na medida em que este preconizava o fim do Estado e da propriedade privada, enquanto os primeiros defendem a necessidade de vinculação da economia com o Estado para que este se fortaleça. Assim, a política interliga-se com o económico e o social, já que

com efeito, se o económico produz consequências sociais, o social é, em si mesmo e por sua vez, condição e resultado da atividade económica (Delors in Lourenço, 2005: 22).

A perspetiva daqueles autores afasta-se, por isso, de alguns teóricos da Sociologia Política ou do Desenvolvimento, como Adelman (*in* Crespo & Moreira, 2012: 37), defensor de que “a minimização do papel do Estado na economia é vista como a melhor ação a empreender na promoção do desenvolvimento”. Não deixa de ser, por outro lado, uma conceção interessante para aqueles que possivelmente se posicionam mais à esquerda no espetro político-partidário e promovem a aliança das forças económicas à vida estatal.

A conceção bourdieusiana: o Estado enquanto entidade de concentração de diversos capitais

Passando agora à perspetiva de Pierre Bourdieu, torna-se imprescindível, antes de mais, salientar o carácter de síntese da sua visão acerca da afirmação do Estado moderno na Europa. Bourdieu aproveita as problemáticas de Marx, Durkheim, Weber, Elias e Tilly a fim de avançar com uma proposta heurística para a compreensão da formação e consolidação daquela entidade política. Na sua obra “Sobre o Estado”, o autor (2012) concorda com Weber na ideia de que o Estado reivindica para si mesmo o monopólio da violência física legítima no interior de um determinado território e

sobre a população envolvente. No entanto, Bourdieu acaba por reformular esta afirmação weberiana, acrescentando que o Estado reivindica o

“monopólio da violência física e simbólica” (...) [ou] “monopólio da violência simbólica legítima”, na medida em que o monopólio da violência simbólica é a condição da posse do exercício do monopólio da própria violência física (Bourdieu, 2012: 34).

Adicionalmente, o sociólogo também não se esquece do legado durkheimiano e da realidade do Estado que se impõe nas dimensões sociais, e também nas dimensões mentais, dos sujeitos, já que o ser humano interpreta a realidade através de símbolos que cria e que o orientam nas suas representações e vivências (Malhotra *in* Ricardo, 2019).

Segundo Bourdieu (2012), o Estado é fruto de um processo de concentração, isto é, de uma longa série de atos de instituição que se assumem como elementos da força simbólica e que permitem a concentração, naquela entidade, de um volume muito significativo de diversas formas de capitais. Por sua vez, o capital é sinónimo da noção de poder, uma energia física social e um recurso que é válido no interior de um espaço ou quadro de relações sociais e que permite a legitimação e reprodução da estratificação social e, em simultâneo, a mobilidade social. O conceito de capital em Bourdieu transcende esse mesmo conceito na visão de Marx, já que, para o segundo, ele tem apenas características relacionadas com a dimensão económica e com as relações de produção, enquanto para o primeiro o capital assume não só um formato económico (traduzido em rendimentos e propriedades), mas também um aspeto cultural (posse de elementos culturais e incorporação e institucionalização do saber), uma forma social¹ (pertença a grupos e conhecimentos relativos a essa pertença) e, sobretudo, uma configuração simbólica (que se baseia na eficácia de qualquer um dos outros capitais quando são reconhecidos, tornando-os ágeis).

É esta espécie de capital, como refere Bourdieu (2012), que possibilita ao Estado a acumulação e a aplicação do poder político legítimo e que, implicitamente, os outros

¹ As três sobreditas formas de capital (económico, cultural e social) podem apresentar-se em três estados: objetivado (quando o capital se materializa num objeto, como é o caso das propriedades no capital económico, por exemplo), incorporado (o qual diz respeito ao saber e às suas disposições incorporadas – por exemplo, a forma de se vestir ou de comer e o tipo de linguagem usada são exemplos da incorporação do capital cultural) e institucionalizado [referente às credenciais obtidas para comprovação da posse de capital, como os títulos escolares e académicos (capital cultural)]. A retenção de um dado tipo de capital num determinado estado influenciará, à sua medida, a retenção desse mesmo capital noutros estados.

(re)conheçam² esta autoridade e se submetam à mesma. Tal remete para a noção weberiana de poder político, que se define por

toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade (Weber in Silva, 2001: 129).

Assim, de um modo mais geral, o poder político assume-se na qualidade de uma “força para sujeitar (...) [uma] capacidade de coerção” (Clastres, 1982: 137) a qual, de acordo com Bourdieu (2012), ocorre através do Estado numa vertente física e significadora que assenta, entre outros elementos, na “posse de bens e no seu uso simbólico” (Ferro, Lopes e Louçã, 2019: 50).

Como anteriormente explicitado, o Estado concentra todas estas formas de capital, mas a configuração estatal que se afirma no final deste processo de concentração é detentora de um capital que só ela, enquanto instituição social, possui: o metacapital, ou seja, a capacidade para fazer agir os outros capitais (Bourdieu, 2012). A gênese do Estado é, portanto, indissociável da construção de um campo de poder e da autonomização de um campo burocrático, os quais têm um metacapital específico que propicia a definição das condições de utilização de cada um dos outros capitais. Logo, a ênfase atribuída ao simbólico é justificada, pois pode afirmar-se que a eficácia de um certo Estado em agir sobre os outros capitais está, pelo menos parcialmente, relacionada com um maior ou menor grau de reconhecimento da legitimidade estatal, resultando em “dinâmicas de acumulação de capital [que são dependentes] (...) d[e] contingências e posicionamentos históricos” (Crespo & Moreira, 2012: 36), bem como em “capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos” (Bobbio in Silva, 2001: 128) sobre as diversas esferas da realidade social.

Conforme Bourdieu (2012), a afirmação do Estado só foi possível porque este teve de, por um lado, separar o monopólio da violência legítima entre o interior da fronteira (onde tem controlo efetivo) e o seu exterior e, por outro lado, articular o uso dos meios de violência em instituições vocacionadas para a manutenção da ordem (tais como a polícia ou os tribunais), o que vai de encontro com as ideias funcionalistas e de harmonia social de Durkheim. Para além disso, o Estado também se consolidou devido

² Para Elias (1994: 36), “[existe uma] (...) capacidade (...) dos grupos humanos para absorver, armazenar e digerir experiências novas sob a forma de símbolos”, o que transmite uma ideia de reconhecimento daquilo que acontece nas relações sociais através do simbólico. Logo, tanto Bourdieu como Elias concordam que há uma dimensão de reconhecimento associada à compreensão (e também à legitimação) dos símbolos (ou, numa linguagem bourdieusiana, do *capital simbólico*).

a um “trabalho de unificação do espaço econômico e com a criação de um mercado nacional” (Bourdieu, 2012: 369), com exigência “física ou intelectualmente” (Ricardo, 2019: 8), de obtenção de eficácia fiscal. De maneira correlacionada, verifica-se a eficácia simbólica quando existe o reconhecimento dos impostos no sentido de uma melhor manutenção da ordem e da administração. Finalmente, o monopólio de cunha à moeda assume o papel central na construção das máquinas estatais na Europa, confirmando-se, uma vez mais, a afinidade histórica entre o Estado e o capitalismo (argumento defendido por Tilly e recuperado, assim, por Bourdieu).

Apesar da importância dos processos supracitados, o Estado moderno em afirmação não se fica por aqui. Este reclama também para si a concentração de um capital de informação, levando à constituição de um mercado informacional no qual o manuseamento do capital é feito pelas instituições burocratizadas, as quais detêm uma

autoridade racional-legal, que é o tipo de autoridade que surge em função da norma abstrata e da obediência a uma organização formal e despersonalizada (Vasconcelos, 2004: 204).

Num sentido durkheimiano de organização social, que Bourdieu (2012) confere o respetivo mérito, estas informações são codificadas e unificadas linguisticamente [devido a uma “estrutura das línguas [que é] determinada pela sua função social como meio de comunicação” (Elias, 1994: 5)], de modo a compor regras que facilitam a obtenção de lucros de universalização e, conseqüentemente, permitem, em nome de um coletivo, caminhar para uma melhoria social baseada no entendimento mútuo e na cooperação. Desta maneira, o Estado torna-se numa espécie de “banco central da civilização”, um acumulador de significações, de “intersubjetividade[s] do mundo-da-vida” (Ricardo, 2019: 7) e de classificações, distribuindo-as e materializando-as em códigos, que o sistema social tende a ordenar com o intuito de se formar

um espaço particular de articulação entre conflitos e integração e um lugar de relacionamento entre os grupos sociais e as instituições tanto na produção e distribuição de bens e serviços, como na tomada de decisões (Lourenço, 2005: 21).

Conclusão: acerca do valor teórico das perspetivas

Em suma, as perspetivas de Tilly e de Bourdieu revelam-se fundamentais para o entendimento da gênese do Estado moderno na Europa, nomeadamente através da importância atribuída aos processos de monopolização e às suas causas e efeitos. Embora aproximando-se dos argumentos de Weber na explicitação de conceitos como burocracia, poder ou, até mesmo, Estado, Tilly e Bourdieu não deixam de referenciar

alguns contributos de pendor marxista e durkheimiano ao nível destas problemáticas. Apesar das suas proximidades, estas duas abordagens encarnam, logicamente, algumas diferenças, sendo possivelmente a mais visível o destino outorgado aos impostos cobrados: Tilly foca-se no direcionamento dessas quantias monetárias para o esforço de guerra; já Bourdieu aponta mais para às exigências fiscais e de organização que o mercado, a burocracia e as instituições de ordem revelam. Contudo, as suas proximidades são em maior quantidade e de extremo valor, fruto da atenção mútua dada aos legados dos sociólogos que foram citados ao longo deste ensaio crítico. Foi nestas convergências que o seu autor optou por alicerçar as suas exposições em relação aos contributos de Tilly e de Bourdieu para o avanço do conhecimento no domínio do saber político, especificamente sobre as teorias da génese do Estado moderno na Europa.

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, P. (2012). *Sobre o Estado*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Clastres, P. (1982). *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Crespo, N.; Moreira, S. B. (2012). *Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento*. Curitiba: Revista de Economia.
- Elias, N. (1994). *Teoria simbólica*. Oeiras: Celta Editora.
- Ferro, L; Lopes, J. T.; Louçã, F. (2019). *As classes médias em Portugal: Quem são e como vivem*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Lourenço, M. P. (2005). *Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal: Uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza*. Lisboa: Direção Geral da Segurança Social.
- Ricardo, J. M. F. (2019). *Conceção de indivíduo e de sociedade: um ensaio acerca das convergências e das divergências*. IS Working Papers, II Série, n.º 79, p. 1-13. Disponível em <http://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/WP%2079.pdf>.
- Silva, R. A. (2001). *As teorias sociais e o conceito de poder*. São Paulo: Cadernos de Campo.
- Tilly, C. (1996). *Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Vasconcelos, F. C. (2004). *Racionalidade, autoridade e burocracia: as bases da definição de um tipo organizacional pós-burocrático*. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública.
- Weber, M. (1982). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora.

IS Working Papers

3.^a Série/3rd Series

Editora/Editor: Paula Guerra

Comissão Científica/ Scientific Committee: João Queirós, Maria Manuela Mendes, Sofia Cruz

Uma publicação seriada *online* do
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Unidade de I&D 727 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IS Working Papers are an online sequential publication of the
Institute of Sociology of the University of Porto
R&D Unit 727 of the Foundation for Science and Technology

Disponível em/Available on: <http://isociologia.up.pt/pt-pt/pagina/working-papers>
ISSN: 1647-9424

IS Working Paper N.º 83

Título/Title

“A génese do Estado na Europa: as perspetivas de Charles Tilly e de Pierre Bourdieu”

Autor/Author

Leonardo Camargo Ferreira

O autor, titular dos direitos desta obra, publica-a nos termos da licença Creative Commons
“Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha” nos Mesmos Termos 2.5 Portugal
(cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).